

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA NA CASA LEGISLATIVA COM A FINALIDADE DE DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2026.

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, na Sala das Sessões, no Plenário Edson Rampini de Souza, às 16 horas, na Câmara Municipal de Sapucaia, sito à Rua Maurício de Abreu, 208 – Centro – Sapucaia – RJ, reuniram-se o Presidente da Comissão de Fiscalização, Finanças Controle e Orçamento do parlamento sapucaense André de Jesus da Silva (UNIÃO BRASIL) e o membro Uilson Assis da Silva (PL) bem como representantes do Poder Executivo Municipal, o senhor Fernando de Castro Barroso - Secretário Municipal de Fazenda e Paolla Lemgruber - Secretária Municipal de Controle Interno, e a Vereadora Adriana Ferreira Ribeiro, de forma tempestiva de acordo com os prazos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF para a Demonstração e Avaliação dos Cumprimentos das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2026. Em ato contínuo o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos – André de Jesus da Silva declarou aberto os trabalhos para apresentação em Audiência Pública de Relatório da Demonstração e Avaliação dos Cumprimentos das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2026. Ato Contínuo, Paolla Lemgruber prosseguiu com a leitura e apresentação do relatório, que foi entregue aos participantes da Audiência que traz em seu cerne o seguinte texto: 1 - **Do Relatório Resumido da Execução orçamentária** - Composto por diversos demonstrativos, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária exigido pela LRF, em seu Artigo 52 de elaboração e publicação bimestral, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, tem por finalidade evidenciar a situação fiscal do Ente, de forma especial da execução orçamentária da receita e despesa de forma a avaliar o desempenho das ações governamentais estabelecidas na Lei de Diretrizes orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual. 1.1 Do Relatório de Gestão Fiscal O Relatório de Gestão Fiscal – RGF é um instrumento imprescindível no acompanhamento das atividades financeiras e de gestão da Administração Pública e está previsto no artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Os Poderes e órgãos definidos na LRF deverão emitir o seu próprio Relatório de Gestão Fiscal, abrangendo todas as informações necessárias à verificação da consecução das metas fiscais e dos limites de que trata a Lei. O relatório deverá conter uma linguagem clara e objetiva, a partir dos preceitos legais que fundamentam e justificam a elaboração do mesmo. A referida Lei, no seu artigo 9º, §4º, determina que no final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição Federal. 2. **Das Preliminares** - Ressaltamos que, neste 2º quadrimestre recebemos todos os balancetes de verificação de todas as Unidades Gestoras desta municipalidade em tempo hábil para análise e elaboração dos relatórios fiscais que compõem a presente Prestação de Contas. Desta forma foi possível cumprir o prazo determinado no art.9º§ 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que preza que as audiências públicas referentes ao 2º quadrimestre sejam apresentadas na referida casa Legislativa dentro do mês de setembro apresentando dados consolidados dos quadrimestres anteriores, sendo assim, passaremos a demonstrar neste momento o cumprimento das metas fiscais referente ao 2º quadrimestre de 2026 do Município de Sapucaia. 3. **Anexo**



3 do RREO – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida: A Receita Corrente Líquida total apurada até o 2º Quadrimestre de 2026, sem considerar os ajustes, alcançou um valor de R\$ 193.985.533,89 (cento e noventa e três milhões novecentos e oitenta e cinco mil quinhentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos), a qual compreende o período de set/25 a ago/26, isto é, os últimos 12 (doze) meses. Praça Governador Miguel Couto Filho nº 240 Centro – Sapucaia – RJ – CEP 25880-000 2 Já a receita Corrente Líquida ajustada para cálculos dos limites com endividamento foi na ordem de R\$ 188.505.533,89 (cento e oitenta e oito milhões quinhentos e cinco mil quinhentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos). A Receita Corrente Líquida ajustada para cálculos dos limites da despesa com pessoal foi na ordem de R\$ 181.943.909,89 (cento e oitenta e um milhões novecentos e quarenta e três mil novecentos e nove reais e oitenta e nove centavos). Esta arrecadação resta evidenciada no Anexo 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, do RREO, referente ao 4º bimestre de 2026.

4. Anexo 6 do RREO – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal: O Anexo 6 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do 4º bimestre de 2026, demonstra que obtivemos no período de jan/26 a ago/26, uma receita primária total no valor total de R\$ 140.415.382,61 (cento e quarenta milhões quatrocentos e quinze mil trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos), enquanto a despesa primária paga alcançou o montante de R\$ 115.627.043,33 (cento e quinze milhões seiscentos e vinte e sete mil quarenta e três reais e trinta e três centavos). O total da despesa primária compreende os seguintes valores: - O valor empenhado e pago até o 2º quadrimestre de 2026, na ordem de R\$ 111.362.677,80. - O total de RP Processado Pago na ordem de R\$ 1.145.649,56. O total de RP Não Processado Pago na ordem de R\$ 3.118.715,97. Dessa forma verifica-se um Resultado Primário positivo, onde ocorreram mais ingressos de receitas do que pagamentos dentro do período, na ordem de R\$ 24.788.339,28 (vinte e quatro milhões setecentos e oitenta e oito mil trezentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos), conforme pode ser observado no próprio Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal.

5. Anexo 8 do RREO – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE: No que tange à aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme evidenciado no Anexo 8 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE, do RREO, referente ao 4º bimestre de 2026, a aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foi na ordem de R\$ 7.163.011,98 (sete milhões cento e sessenta e três mil onze reais e noventa e oito centavos) que compreende as despesas liquidadas com recursos resultantes de impostos e transferências de impostos. Após apurada esta base de cálculo, a lei determina que deve ser acrescido o total das receitas transferidas para o Fundeb que foi na ordem de R\$ 11.895.204,95 (onze milhões oitocentos e noventa e cinco mil duzentos e quatro reais e noventa e cinco centavos), que em outras palavras significa toda a retenção de 20% das receitas de transferências do Estado que ocorreram até o mês de agosto do exercício de 2026 para a formação do Fundeb. Sendo assim a base de cálculo da aplicação de recursos do MDE para cumprimento dos 25% determinados na CF/88, foi de R\$ 19.058.216,93 (dezenove milhões cinquenta e oito mil duzentos e dezesseis reais e noventa e três centavos), e corresponde a 26,26% da receita de impostos e transferências de impostos recebida no período, ou seja, próxima ao limite mínimo estabelecido pela Constituição Federal em seu art.212. Contendo todo restante do relatório anexado a esta Ata.

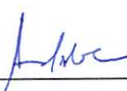


Ao fim da leitura promovida, Paolla Lemgruber franqueou a palavra aos Vereadores, para dirimir dúvidas. Usando da palavra, o Presidente André de Jesus Silva questionou qual foi o montante investido até agosto de 2026 e quais serão os projetos priorizados até o final do exercício. Em resposta, o Secretário de Fazenda Fernando Barroso afirmou que nos próximos meses será realizada a licitação para as novas linhas de ônibus do município, serão iniciadas obras de infraestrutura em todos os distritos e em paralelo, já foram iniciadas as obras para construção das 50 casas populares no distrito de Jamaparã e da nova Unidade Básica de Saúde do Bairro São João. Retomando, o Presidente André de Jesus perguntou sobre as prioridades da administração para transformar os resultados apresentados em políticas públicas para Sapucaia. Respondendo, o Secretário Fernando Barroso disse que haverá investimentos na área da saúde, na área da educação em especial no distrito de Vila do Pião como a construção da creche. Adicionou que terá mudanças estruturantes para a melhoria do transporte público. Afirmou que ações desse tipo buscam atrair o investimento privado para o município. Continuando, o Presidente André de Jesus questionou quais seriam as despesas empenhadas e liquidadas, e também, quais seriam as despesas liquidadas, mas ainda não pagas. Adicionalmente, questionou quais seriam os riscos dessas despesas se acumularem em restos a pagar ao final do ano. Respondendo, o Secretário Fernando Barroso informou que os nos últimos 5 anos, os Restos a Pagar Processados estão diminuindo anualmente, dessa forma, o secretário diz considerar que os Restos a Pagar estão sendo bem gerenciados pela Fazenda e por todos os fundos do Poder Executivo.

Prosseguindo, o vereador Uilson Assis perguntou sobre a previsão para o lançamento do edital de licitação para as novas linhas de transporte coletivo e se a empresa contratada já apresentou relatório que embasará o referido edital. O Secretário Fernando Barroso afirmou que está próximo o lançamento do edital e que a partir disso pode-se depreender que todo o levantamento necessário já foi realizado. Complementou que o Prefeito está avaliando qual modelo de oferta do serviço será adotado para dar continuidade no processo e que estão sendo utilizados para esta análise os seguintes parâmetros: idade da frota, quilometragem mensal, quantitativo médio de usuários pagantes e não pagantes. O Vereador Uilson Assis perguntou se há possibilidade do novo contrato oferecer gratuidade aos domingos e o Secretário de Fazenda respondeu que esta possibilidade está dentro de um dos cenários possíveis e ressaltou que as características geográficas de Sapucaia impõem uma singularidade em relação aos municípios vizinhos.

Prosseguindo, a Vereadora Adriana Ferreira Ribeiro perguntou se há alguma previsão para a execução das suas emendas impositivas. Em resposta, o Secretário Fernando Barroso afirmou que foram feitos ajustes no projeto do orçamento anual de 2027, incluindo o nome do vereador autor da emenda.

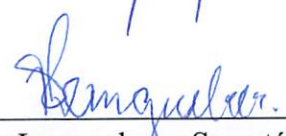
Não havendo manifestação de mais nada a ser tratado no momento, a Audiência Pública foi suspensa para que ocorresse a lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida e aprovada seguindo então para assinatura dos membros da Comissão de Finanças, Fiscalização, Controle e Orçamento e representantes do Executivo Municipal conforme segue.



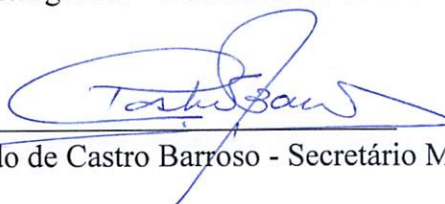
André de Jesus da Silva - Presidente (UNIÃO BRASIL)



Uilson Assis da Silva – Membro (PL)



Paolla Lemgruber – Secretária de Controle Interno



Fernando de Castro Barroso - Secretário Municipal de Fazenda